



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

BOLETIM INFORMATIVO

INFORMAÇÃO AO SERVIÇO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

SETEMBRO DE 2022 - EDIÇÃO 96 - WWW.MEF.GOV.MZ



EM FOCO

BANCO MUNDIAL DESEMBOLSA 300 MILHÕES DE DÓLARES AO ORÇAMENTO DO ESTADO

PAG.3

DESTAQUE

MEF Avança com
o Estabelecimento
do Seguro Soberano
no País

PAG.4





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTERIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

CARTA DE SERVIÇOS

Natureza

Órgão Central do Aparelho do Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidos pelo Governo, orienta a formulação de políticas de desenvolvimento económico e social, coordena o processo de planificação e superintende a gestão das finanças públicas.

Missão

Conceber, formular, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento económico e social sustentável e inclusivo, assegurando a mobilização e alocação criteriosa, bem como o controlo da utilização eficiente, eficaz e transparente dos recursos públicos.

Visão

Impulsionar o desenvolvimento sócio-económico do País através da prestação de serviços de excelência na gestão de políticas económicas e sociais integradas e de prestação de contas, em prol do progresso e bem-estar do povo moçambicano.

Valores

Meritocracia, Eficiência e Focalização.

Serviços Essenciais

- Elaborar a proposta do Programa Quinquenal do Governo, do Cenário Fiscal de Médio Prazo, do Plano Económico e Social do Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado;
- Orientar a fixação da previsão plurianual das receitas e do financiamento do Orçamento do Estado e comunicar os limites da despesa anual dos Órgãos e instituições do Estado;
- Implementar políticas Tributárias, Aduaneiras, Orçamental, de Seguro se de Previdência Social dos Funcionários Agentes do Estado e dos Combatentes;
- Elaborar Normas e Instruções sobre a Execução do Orçamento do Estado;
- Elaborar Relatórios do Balanço do Plano Económico e Social e de Execução do Orçamento do Estado;
- Celebrar, em representação do Estado, acordos de contratação de Dívida Pública Interna e Externa e zelar pela sua implementação;
- Coordenar a avaliação da execução das políticas macro-económicas e sectoriais.



Banco Mundial Desembolsa 300 Milhões de Dólares ao Orçamento do Estado



O Governo de Moçambique e o Banco Mundial (BM) assinaram, em Maputo, um Acordo de Financiamento Directo ao Orçamento do Estado, no valor de trezentos milhões de dólares, que serão canalizados ao país em forma de subvenções. Este acto faz parte de uma série de programas que o BM efectuará com desembolsos anuais a serem feitos nos próximos três anos.

Intervindo na ocasião, o Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela, disse que o apoio é destinado às áreas sociais como saúde, educação, protecção social, bem como o acesso à energia e água potável. O valor que acabamos de testemunhar neste local será alocado ao Plano Económico e Social e Orçamento do Estado de 2022 nas áreas já identificadas para a aplicação do dinheiro, mas também será aplicado em forma de investimentos em sectores que vão assegurar a melhoria de serviços prestados à população, como acesso à energia e água potável, disse o Ministro.

Por seu turno, a Directora do Banco Mundial para Moçambique, Idah Z. Pswarayi-Riddihough sublinhou que o financiamento é feito graças aos esforços do Governo moçambicano na melhoria da transparência do sector público.

O modelo desta doação difere-se de todos os outros anteriores pelos níveis de transparência exigidos. Por exemplo, o desembolso destes fundos é feito mediante o alcance de duas condições, a conclusão satisfatória de acções prévias, ou seja, o alcance satisfatório de um conjunto de reformas conduzidas pelo Governo e a manutenção de um quadro de política macro-económica adequado. Disse a representante, salientando que esta

situação não é só de Moçambique, pois que, em todo o mundo, o BM financia programas através de governos, ao mesmo tempo em que institui mecanismos de monitorização e auditoria para garantir que os fundos sejam utilizados para os fins a que se destinam.

No âmbito do novo acordo a instituição financeira, fará anualmente a monitora da aplicação dos fundos, como forma de garantir a transparência na gestão do montante.





MEF Avança com o Estabelecimento do Seguro Soberano no País



contexto que o Governo tem estado a envidar esforços com vista a transferência do risco, através da contratação do seguro de risco paramétrico contra desastres, cujas acções se enquadram no âmbito do Plano Director de Redução de Risco de Desastre e do Plano de Protecção Financeira contra Desastres.

Por seu turno, a Directora do Gabinete de Gestão de risco, Nazira Dista, afirmou ser uma iniciativa pioneira que o País pretende abraçar e que está a ser coordenada pelo MEF em parceria com o Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD).

Nazira Dista garantiu que o Governo pagará prémios de Seguro Soberano, para assegurar a transferência de riscos ao sector privado e melhorar as opções de financiamento para as intervenções pós-desastre.

O Seguro de Risco Paramétrico é uma matéria muito específica e de certa forma delicada. Iremos ao longo desta sessão perceber melhor esta matéria, de acordo com as apresentações previstas neste seminário. Como nos referimos, esta é uma iniciativa pioneira no país, pelo que julgamos relevante a divulgação e envolvimento dos diferentes segmentos da sociedade neste processo, sublinhou.

Destacaram-se no fórum membros do Conselho Técnico de Gestão de Riscos de Desastres, o Taskforce do Governo sobre esta matéria, a sociedade civil, quadros de diferentes instituições que lidam com a matéria, académicos, os parceiros de cooperação, bem como as agências de seguros e correctores nacionais, estes últimos por serem na verdade o principal grupo alvo do seminário.

O Ministério da Economia e Finanças (MEF) lançou oficialmente em Maputo, o processo de criação de premissas fundamentais para o estabelecimento do Seguro Soberano no País.

O seguro destina-se a eventos de alta intensidade (severos) e de menor frequência, por terem grande impacto socioeconómico, como por exemplos, os ciclones com uma categoria igual ou superior a 3 (Idai e Kenneth).

Esta é uma iniciativa do Governo de Moçambique, que em parceria com o Banco Mundial, está determinado na busca de soluções para fortalecer o País, em mecanismos de financiamento e respostas aos desastres naturais, aumentando assim a resiliência contra eventos climáticos no país.

Discursando na sessão de abertura do evento, o Vice-Ministro da Economia e Finanças, Amílcar Tivane, disse que Moçambique, pela sua localização geográfica, é um país vulnerável e ciclicamente afectado por eventos extremos, tais como secas, inundações e ciclones tropicais. As estatísticas mundiais

sobre calamidades naturais mostram que Moçambique tem um nível de risco alto, facto que o coloca na 129ª posição entre os 172 países do mundo.

Como se pode presumir, os danos causados pelas intempéries naturais têm trazido impactos nefastos à sociedade e à economia moçambicana, cujos efeitos se fazem sentir até ao momento, retrocedendo esforços do Governo visando a prossecução de actividades de desenvolvimento do país, disse o dirigente acrescentando que é neste





No fim da visita a Moçambique

FMI satisfeito com desempenho macroeconómico e fiscal



O chefe da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) para Moçambique, Álvaro Piris, manifestou em conferência de imprensa em Maputo, no fim da visita da missão, a 16 de Setembro corrente, a satisfação da sua organização com os progressos registados pela economia moçambicana no decurso do ano em curso.

Para Piris, há necessidade de o País manter-se firme na rota da recuperação, de modo a permitir que a economia moçambicana atinja patamares desejados. Testemunhamos com muita honra, o cumprimento das metas traçadas nesta visita. Conseguimos fazer a avaliação do desempenho macroeconómico e fiscal nos últimos seis meses e abordamos as perspectivas de evolução dos sectores real, fiscal, monetário e externo, e de prosseguimento da implementação de reformas estruturais segundo os compromissos entre o Fundo e o Governo de Moçambique desde Maio deste ano, destacou Piris.

Por seu turno, o Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela, destacou a discussão de alguns aspectos sobre os últimos desenvolvimentos na área do gás natural, incluindo as perspectivas de retoma das actividades do projecto de LNG na Área 1 liderado pela Total

Energies e os desenvolvimentos positivos dos projectos da ENI; a situação financeira actualizada das empresas públicas, seus compromissos e riscos associados; e também as estratégias de gestão dos recursos no fundo soberano já em fase final de desenvolvimento pelo Governo.

Tonela afirmou que os preços dos combustíveis poderão baixar no país, acompanhando uma tendência de redução do custo do crude no mercado internacional. Queremos acreditar que nos próximos meses, isto é, Outubro e Novembro possamos ter uma redução dos preços dos combustíveis em Moçambique.

O governante afiançou que a situação dos preços internacionais dos combustíveis líquidos estabilizou e está com uma tendência decrescente. Atingiu um pico de 120 dólares por barril e neste momento tem estado a ser negociado à volta de 94 a 95 dólares.

Tonela sublinhou igualmente que Moçambique cumpriu com todos os compromissos assumidos junto ao Fundo no último mês de Junho e está num bom caminho de inversão da trajectória do crescimento apesar de diversos factores como sejam o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, a alta de preços de cereais, e de combustíveis.





Max Tonela Atento na Promoção do Desenvolvimento no Norte do País



Tonela lembrou que desde Outubro de 2017 que a província tem vindo a ser afectada por actos terroristas, promovidos por grupos armados que têm criado luto bem como a destruição de bens das comunidades. Assim sendo, para fazer face a estas acções, o Governo tem vindo a intervir para recuperar a normalidade e segurança pública, contando com a colaboração dos parceiros no âmbito multilateral e bilateral, disse o governante acrescentando que em resultado destas intervenções, hoje em dia, nota-se a recuperação de algumas zonas que haviam sido ocupadas pelos terroristas o que tem permitido o retorno gradual da população.

O Ministro Tonela assegurou que o Governo aprovou recentemente, o Programa de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte, com o objectivo de estabelecer condições para o progresso equilibrado e acelerado das zonas afectadas, tendo em conta os desafios e potencial que as zonas afectadas oferecem. A perspectiva do Governo é criar condições que promovam o retorno voluntário das populações às zonas de origem.

O Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela, defende que é preciso combater o terrorismo na região norte do País de modo a que tenhamos um Moçambique economicamente estável e seguro.

Tonela falava na Cidade de Pemba, Província de Cabo Delgado, durante o lançamento oficial do Sistema de Gestão de Informação do Governo para o Norte de Moçambique.

Na sua intervenção, o dirigente disse que a cerimónia marcava o culminar de um esforço colectivo das equipas técnicas do Governo e dos Parceiros de Desenvolvimento para dotar o País, de um Sistema de Gestão de Informação dedicado à colecta, armazenamento e disseminação de informação e dados sobre os progressos, resultados e impactos na província de Cabo Delgado, e também do desenvolvimento económico e social integrado e resiliente de todo o Norte de Moçambique.

O titular da Economia e Finanças sublinhou igualmente o desejo para

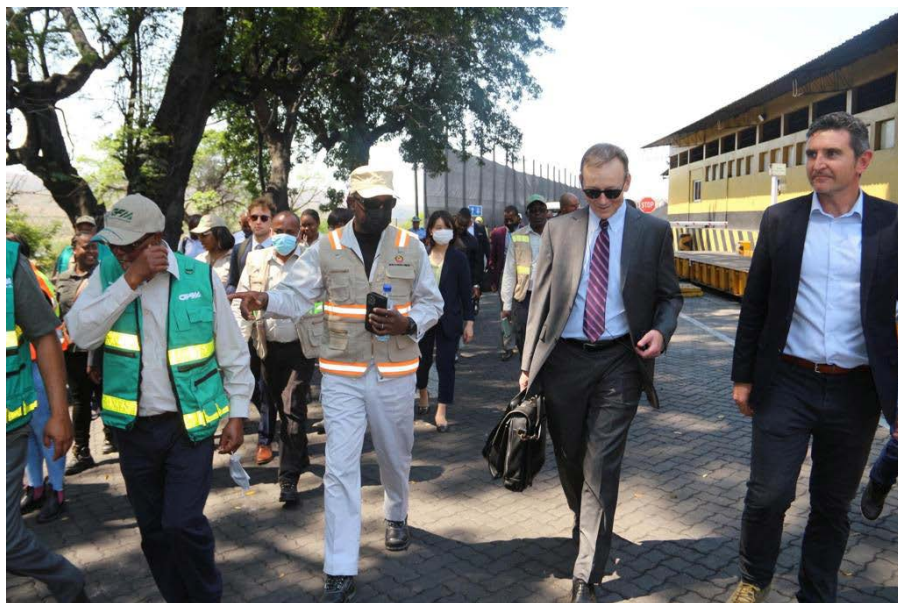
que o referido sistema de gestão de informação do Governo para o Norte do País, seja uma fonte privilegiada, transparente e única de informação respeitante às intervenções de assistência e reconstrução em Cabo Delgado e toda a região norte.





De Visita à Fronteira de Ressano Garcia

Magala Satisfeito com a Tramitação dos Processos Aduaneiros



Magala afirmou ainda que para fazer face aos desafios que o Corredor de Maputo apresenta, são irreversíveis as reformas em curso, pois, só assim irá se garantir a transformação dos principais corredores de trânsito em plataformas de oportunidades económicas, onde floresça a indústria, comércio, agricultura e outras actividades que explorem o potencial instalado nestas zonas, para gerar emprego e desenvolvimento do País e da região.

Refira-se que a visita à Ressano Garcia acontece numa altura em que Moçambique prepara-se para receber de 13 a 17 de Setembro, uma missão do Banco Mundial de pré-identificação do potencial para a implementação do Projecto de Corredores-chave de Comércio Verde e Resiliente, tendo entre os objetivos objectivos iniciar o diálogo com o Governo da República de Moçambique e demais partes interessadas na melhoria da eficiência do Corredor de Maputo – Gauteng, bem como a identificação das potenciais componentes, assistência técnica e mecanismos para a implementação deste projecto.

Uma equipa constituída por Ministros dos Transportes e Comunicações e da Indústria e Comércio, Mateus Magala e Silvino Moreno, representantes do Banco Mundial e da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) visitou na última sexta-feira, 16 de Setembro do ano em curso, à fronteira de Ressano Garcia, tendo como objectivo avaliar a implementação de medidas tendentes à simplificação do desembaraço de mercadoria, no âmbito das reformas em curso no Corredor de Maputo.

Em contacto com os gestores das Alfândegas naquele ponto do país, na pessoa do Director de Normaço e Procedimentos Aduaneiros, Algy Aly, Mateus Magala manifestou a sua satisfação pelas reformas implementadas por forma a flexibilizar a tramitação dos processos aduaneiros, tendo dito que “É com muita satisfação que constatamos que os processos tramitados nesta fronteira já não usam mais papel e levam menos tempo para o desembaraço aduaneiro, o que de certa forma cria maior eficiência no Corredor de Maputo”, avançou.

Contudo, alertou que a eficiência do Corredor de Maputo levanta outros

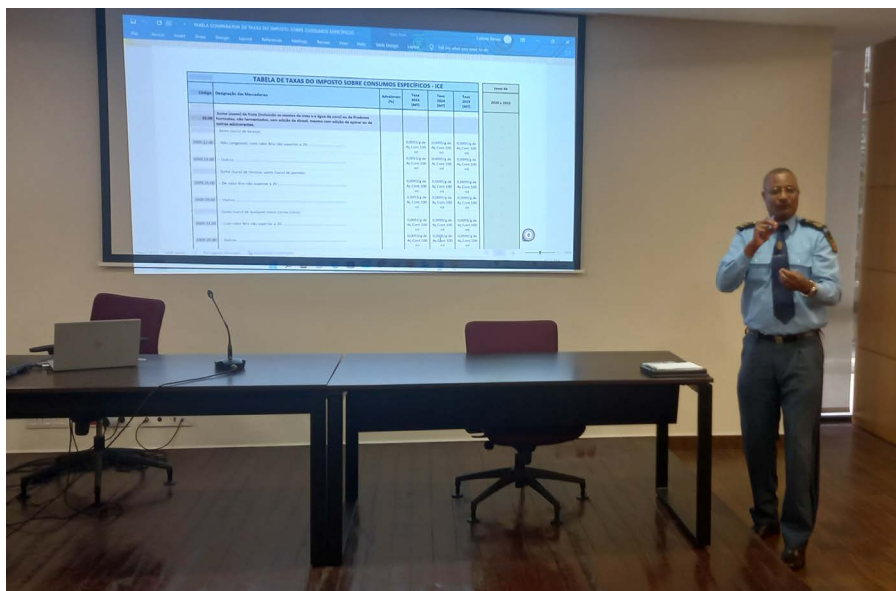
desafios, uma vez que os operadores tendem a aumentar os volumes de carga, sendo fundamental acelerar o processo de transferência de carga pesada que circula na N4 para o sistema ferroviário, lembrando que há menos de seis meses entravam para o país, através de Ressano Garcia, cerca de 700 camiões diários, quantidade que hoje atinge cerca de 1500 camiões.





No MEF

Pacote de Reformas Tributárias em Auscultação



introduzido em alguns produtos que não eram taxados tais como perfumes e telefones de marca, disse a dirigente.

Estas reformas deverão entrar em vigor em 2023 como parte do Pacote de Medidas de Aceleração Económica anunciadas pelo Presidente da República a 9 de Agosto de 2022.

No evento, ressaltou-se que os objectivos do Pacote estão assentes em duas vertentes, a primeira é alcançar a Estabilidade Macroeconómica e Melhorar a Governação Económica através de Medidas de Reforma Fiscal e Estímulo à Economia e a segunda, estimular o desenvolvimento do sector privado por via de investimento e crescimento dos sectores produtivos através de Medidas de reforma para a melhoria do Ambiente de Negócios, Transparência e Governação.

O pacote será implementado em um prazo de 2 anos e cria condições para que os sectores chaves da economia se desenvolvam.

O Ministério da Economia e Finanças, através da Direcção de Políticas Económicas e Desenvolvimento em parceria com Autoridade Tributária de Moçambique realizam de 19 a 23 de setembro corrente consultas aos diferentes sectores no contexto de reforma tributária.

Falando na sessão de abertura do evento, a Directora Nacional de Políticas

Económicas e Desenvolvimento, Enilde Sarmento, garantiu aos presentes que com o processo de Reformas Tributárias, o Governo pretende colher contribuições para melhorar o pacote de reformas aduaneiras em curso.

Para o caso do IVA por exemplo, a reforma traz medidas abrangentes no que concerne à redução de 17 por cento para 16 e o ICE será





PME's devem melhorar a Gestão e Desempenho para aceder ao Mercado de Capitais



“Como parceiro estratégico da ACIS, vamos trabalhar juntos para que mais PME's usem os instrumentos financeiros que a BVM dispõe para o mercado,” reiterou Valá.

Em Moçambique, existem actualmente 64.361 Pequenas e Médias Empresas, sendo que o volume de negócios se cifra em pouco mais de 217 milhões de meticais. O dirigente da BVM destacou que a sua instituição tem dois mercados de bolsa calibrados para acolher as PME's moçambicanas que algumas delas já estão a usar, convidando os empresários presentes para usarem os produtos, serviços e instrumentos financeiros disponíveis na BVM.

O Mozambique Agribusiness Industry and Logistic Forum, organizado pela ACIS, decorreu sob o lema: “Ambiente de Negócios, Acesso ao Financiamento e Oportunidades de Negócios”. O evento, contou com a presença do Ministro da Indústria e Comércio, Silvino Moreno, o Director Geral da Agência do Desenvolvimento do Vale do Zambeze, Roberto Albino, da Presidente da Autoridade Tributária de Mocambique, Amélia Muendane, de representantes de instituições económicas do País, dos membros associados da ACIS, bem como de empresários e investidores da Província de Sofala e de Moçambique.

“O crescimento económico inclusivo vai depender de como alavancamos o contributo das PME's”, defendeu o Presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Moçambique (BVM), Salim Cripton Valá, durante a segunda edição do Mozambique Agribusiness Industry and Logistic Forum, que decorreu na cidade da Beira, província de Sofala.

OPCA da BVM vincou que o fortalecimento deste segmento, além de essencial, é o caminho seguro para o crescimento sólido e robusto da economia nacional.

Valá foi chamado ao fórum do agrobusiness para abordar a capitalização das Pequenas e Médias Empresas através da Bolsa de Valores. Neste quesito, o timoneiro da BVM garantiu que a instituição que dirige está a trabalhar de modo a fortalecer a capacidade de gestão e o desempenho económico das PME's, transmitido o sinal de que as PME's são incontornáveis para a BVM.

Apesar de alguns sinais de retoma da economia nacional, lembrou Salim Valá, as empresas nacionais, com ênfase para as Pequenas e Médias Empresas, vão continuar a ressentir-se dos problemas estruturais e choques externos, o que vai exigir medidas ousadas para potenciar as PME's e contrariar a desaceleração da economia.

E porque o acesso ao financiamento continua um dos principais obstáculos para o crescimento e consolidação das PME's no País, o PCA da BVM apontou o mercado de capitais como alternativa fiável e em crescimento assinalável. Neste sentido, assegurou que em parceria com a Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS), vai trabalhar para que este segmento avance para o mercado bolsista, o qual oferece financiamento a custos relativamente mais baixos se comparado com outros mecanismos de financiamento disponíveis.





Bolsa de Valores de Moçambique é um Centro de Negócio com Ética e Transparência



mecanismos ou soluções para os nossos negócios, mas de forma ética”, disse António Grispos.

A nossa fonte anotou, igualmente, que todos os esforços devem ser envidados no sentido de eliminar os comportamentos anti-éticos e resgatar os valores da ética e da moral.

O reforço das campanhas de educação é o caminho apontado pela Presidente da Comissão Central de Ética Pública, Páscoa Buque, para a mudança de paradigma no que ao registo de casos de violação diz respeito.

Apesar de reconhecer significativos avanços relativamente à instituição de normas nos vários sectores de actividade, considera que o caminho a percorrer ainda é longo, daí que o envolvimento de todos os segmentos da sociedade nesta grande marcha é fundamental.

“O que nós sabemos é o que os casos, infelizmente, acontecem e estão lá. O nosso papel é continuar a educar e a formar, para que haja retracção, para assegurar o cumprimento de procedimentos, normas e códigos de conduta, que felizmente muitas instituições e muitos sectores têm, mas a questão de fundo aqui é o seu cumprimento. O ponto está mesmo no cumprimento daquilo que está instituído em cada uma das empresas,” reiterou Páscoa Buque.

“A Bolsa de Valores é um centro de negócios com ética, transparência, compliance e accountability, um centro que acolhe empresas e investidores que querem fazer negócio adoptando e respeitando as regras vigentes no país”, defendeu esta segunda-feira, Salim Cripton Valá, Presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Moçambique (BVM).

Valá falava à margem da palestra subordinada ao tema “Ética no Investimento Empresarial”, proferida pelo Dr. António Grispos, empresário, antigo PCA da Bolsa de Mercadorias de Moçambique, e membro do Conselho Superior da Magistratura Administrativa. A palestra esteve inserida no quadro da celebração do Dia de Combate à Corrupção a nível do continente africano.

Para o PCA da BVM, a ética é de vital importância em qualquer praça financeira, configurando, deste modo, um quesito indispensável para o combate à corrupção e outros ilícitos, com vista a promoção da ética e da moral na sociedade.

“A questão da ética pública tem a ver com a moral, combate à corrupção, promoção da transparência e a questão de compliance. São questões centrais no funcionamento de qualquer bolsa”, sublinhou.

António Grispos começou por destacar à necessidade urgente de resgate dos valores éticos como a via acertada para a moralização da sociedade. Grispos defende que a ética deve estar presente em todos os sectores de actividade, lembrando que toda e qualquer tentativa de busca de soluções no ramo empresarial não deve, em circunstância alguma, ignorar este importante elemento.

“A ética tem que estar presente em todas as fases, mas principalmente nesta altura em que as pessoas, face ao desespero, tendem a pensar que tudo vale. É nesta altura que temos que encontrar



FICHA TÉCNICA

Gabinete de Comunicação e Imagem DISP.REGº/GABINFO-DEC/2009

Director

Alfredo Mutombene

Edição e Desenho Gráfico

Emílio Fuel
Lucrécia Nhabomba
CINE Grupo

Redacção

Lucrécia Nhabomba
Luís Tobela
Felisberto Matsinhe

Revisão

Messias Sofrinho

Fotografia

Emílio Fuel
Jaime Guibango

Colaboradores

Domingos Chapungo (ISSM), Calima, Francisca e Maraneja (IGF), Francisco Chang (C. Maputo), Evinilde Fernanda (Provincia de Maputo), Euclides Matavata e Janeth Laice (CEDSIF), Fenias Zimba (AT), Paula Bila e A. Nhabanga (BVM), Benjamim Portugal e Ângela E. Santo (AdZ), Mateus Matine (MARF), Ussene Bay (Gaza), Naftal e Zandamela (Inhambane), Lifitério (Sofala), Bento Lulú (Manica), Zainuro Mussa (Zambézia), Gonçalo e Rocha (Tete), Benedito Sabonete (Nampula), Augusto Salvador e A. Mendonça (Cabo-Delgado), Benessone Bonomar (Niassa)

Av.10 de Novembro, Caixa Postal Nº 272
Tlf: +258 (21) 327494 Fax: +258 (21) 315067
Maputo - Moçambique Website: www.mef.gov.mz